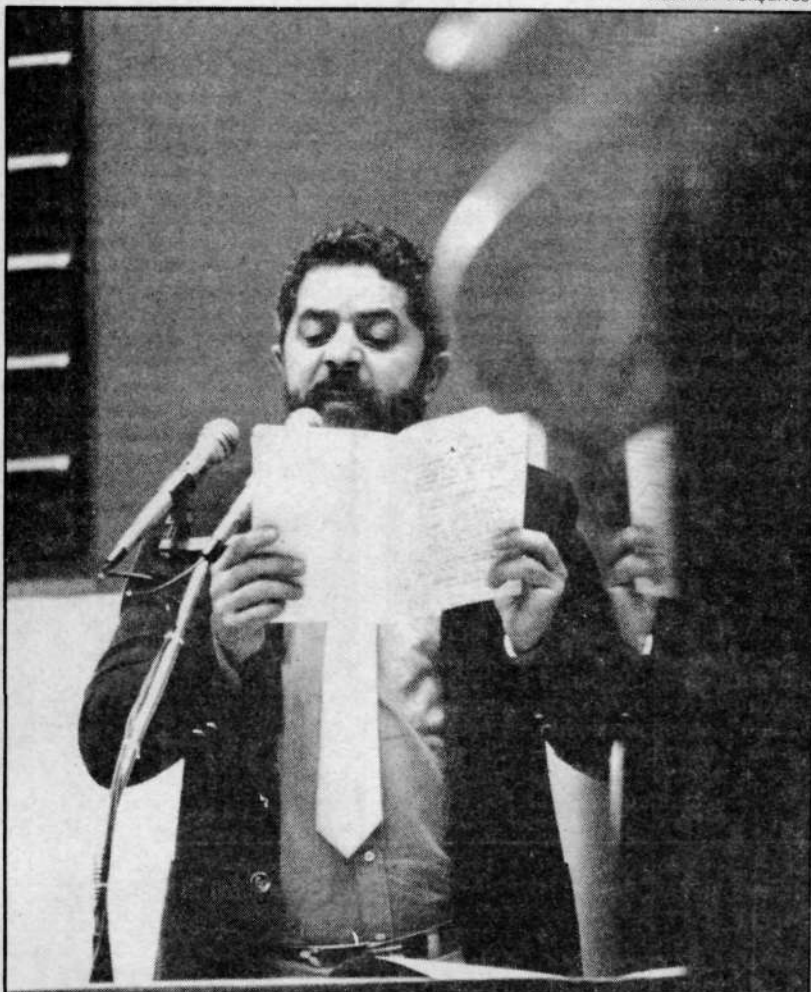


# Para PFL, reforma é pró-PMDB

Josemar Gonçalves



O líder petista cobrou as mudanças prometidas pelo PMDB

## Lula pede diretas e lembra Ulysses

O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso ontem, demonstrou a necessidade de mudanças diante da crise por que passa o País e pediu eleições diretas. Só que o discurso não era de sua autoria, mas aquele pronunciado pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, na noite de 24 de abril de 1984, durante a votação da emenda Dante de Oliveira que pedia eleições imediatas para **Presidente da República**.

O deputado petista utilizou trechos desse discurso para defender a emenda popular, com quase 40 mil assinaturas, pedindo eleições diretas para a Presidência da República e para o Congresso Nacional seis meses após promulgada a nova Constituição.

"O que mudou? Nada. Como no dia em que o dr. Ulysses discursou, o povo continua, com o salário miserável, sem moradia, sendo vítima do desemprego. O que mudou foi a cabeça do dr. Ulysses. O que ele viu em 84 continua existindo em qualquer rua de qualquer cidade brasileira. A situação é a mesma, mas o dr. Ulysses mudou de posição", acusou Lula.

Após o discurso, Lula passou ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que presidia a sessão, os recortes de jornais para que fossem entregues a Ulysses. A defesa da emenda centrou-se nos ataques ao presidente do PMDB, que em 1984 ficou conhecido como o "Senhor Diretas", e ao seu partido. Lula

jogou farpas em Ulysses Guimarães e na maioria dos peemedebistas — só livrou os progressistas — dizendo que não estava ali para pedir que eles seguissem o programa do PT ou do PDT, mas do próprio PMDB, que sempre pregou diretas e mudanças.

### Discurso

Ao subir à tribuna para defender a emenda, subscrita por 49.178 eleitores e (promovida pelo PT, CUT e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo), o líder do PT começou a ler um discurso onde se destacava a situação do povo brasileiro e a necessidade de mudança. O discurso é da noite de 24 de abril de 1984 e o autor, Ulysses Guimarães, que o leu durante a votação da emenda Dante de Oliveira por diretas.

Apenas dois peemedebistas fizeram sua *mea culpa* ao pronunciamento de Lula. Abigail Feitosa (PMDB-BA) pediu um aparte para lembrar que 50 parlamentares do seu partido estão engajados na campanha pelas diretas e pelas propostas de mudanças que sempre nortearam o programa do PMDB. O vice-líder do partido, deputado Miro Teixeira, disse que o discurso de Lula poderia ser subscrito por muitos dos que ocuparam os palanques em 1984. Mas, para a sua decepção, muitas dessas pessoas mudaram e o que tem que se questionar é por que elas mudaram.

## DPF aponta erros no anteprojeto de Cabral

Os funcionários da Polícia Federal estão mobilizados para um esforço final no sentido de eliminar do anteprojeto de Constituição os dispositivos que limitam a atuação do órgão, alterando substancialmente suas atuais atribuições. Os delegados Wilson Alfredo Perpétuo, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, e Vicente Chelotti, presidente da Associação Nacional dos Servidores do DPF, dizem que não encontram uma explicação lógica: "Só mesmo por erro. Não é possível que tenha saído como está".

Representando a categoria, os dois delegados destacam como maior aberração o artigo 60, das "Disposições Transitórias", que em seus incisos V e VI define as novas atribuições do Ministério da Fazenda. O último, diz o seguinte: "VI — prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho em todo o território nacional, bem como participar da repressão do tráfico ilícito de armas, entorpecentes e drogas afins, na zona aduaneira dos portos, aeroportos e fronteiras".

Essas atribuições estavam entre as tarefas da Polícia Federal e agora serão desempenhadas, caso seja aprovado o anteprojeto pela Receita Federal, totalmente desapeada para reprimir o tráfico de entorpecentes e o contrabando nas regiões de fronteira. Os delegados Perpétuo e Chelotti partilham da mesma opinião: "Será um prejuízo para a sociedade brasileira que reclama, cada vez mais, a nossa atuação. Somos uma polícia que está ganhando a luta contra o crime organizado. Procuramos o homem com vocação policial e nossos concursos são rígidos".

Os dois lembram que na subcomissão de Segurança e na Comissão Temática presidida pelo deputado Prisco Viana, as atuais atribuições da Polícia Federal foram mantidas. As mudanças vieram no substitutivo de Cabral. Eles indagam: "A quem pode interessar a pulverização da Polícia Federal? Por quê limitar nossa atuação a tarefas que outros setores podem desempenhar?"

Gerson Menezes

A reforma tributária contida no anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que transfere verbas da União para os estados (hoje na quase totalidade governados pelo PMDB), está preocupando o PFL. O assunto foi discutido na noite de segunda-feira entre a cúpula pefelista e o presidente José Sarney, que ouviu do senador Marco Maciel, presidente do PFL, um relato das pressões que estão sendo feitas pelas bases pefelistas em favor do rompimento com o Governo.

O encontro reuniu todos os ministros do PFL e mais os líderes na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, além do secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS). A preocupação foi a de fazer uma análise de todo o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, mas a discussão em torno da reforma tributária tomou a maior parte do encontro, que durou cerca de quatro horas.

O líder José Lourenço, ao comentar a conversa, mostrou-se ontem preocupado com a transferência de receita da União para os estados, que deve chegar a 26 por



cento em cinco anos. A preocupação maior dos pefelistas, no entanto, prende-se ao fato de que, aprovando tal reforma, estariam teoricamente contribuindo para concentrar mais poder nas mãos dos governos estaduais, conquistados na quase totalidade pelo PMDB.

A descentralização da Previdência Social, que igualmente teria o objetivo de beneficiar o PMDB, também foi motivo de queixas dos pefelistas, que voltaram a reclamar da ação dos ministros peemedebistas. O líder José Lourenço chegou a citar nominalmente dois deles: Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

### Sistema de Governo

O sistema de Governo a ser implantado — ou mantido — pela nova Constituição também foi discutido, embora seja um tema de difícil solução fora do plenário, segundo parecem concluir os líderes. De qualquer modo, o deputado José Lourenço já começa a instruir sua bancada, argumentando que o parlamentarismo defendido pelo PMDB "é um golpe" do partido para "abocanhar de vez" o poder. Os pefelistas pretendem colher nessas conversas com Sarney os subsídios para uma negociação mais ampla com os integrantes do chamado Centro Democrático, que defende os interesses do Governo na Constituinte.

## Orçamento da União cai 40%

O orçamento da União sofrerá um esvaziamento físico de 40% em relação aos números atuais, caso seja aprovado o projeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral. Ao mesmo tempo, se adotado o sistema parlamentarista, os encargos do Executivo sofrerão um acréscimo de 22% a mais de gastos, com a criação de novos tribunais, corregedorias e defensores do povo.

Estas são as conclusões de um trabalho de simulação tomando por base os números do orçamento deste ano e aplicando-se o novo texto constitucional, elaborado nos computadores do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

O trabalho levou em conta que o texto do substitutivo Cabral eleva de 34% para 41% as transferências da União para os estados e municípios; as transferências vinculadas de dois por cento para a região Nordeste; a retenção de 50% do IPI nos locais onde ele é arrecadado; a transformação de impostos únicos em ICM, que também ficam retidos nos estados e municípios; a proibição para o Banco Central emitir moeda para empréstimos ao Tesouro Nacional; e a proibição para a criação de empréstimos compulsórios, que só poderão ser instituídos em casos de guerra com outros países.

A maior dificuldade que os parlamentares estão encontrando para modificar o texto de Bernardo Cabral, segundo um parlamentar, é a pressão que eles vêm sofrendo por parte dos prefeitos e dos governadores estaduais. "Dentro de quatro anos, diz um parlamentar, pedindo para não ser identificado, com a conclusão da reforma, o País fica ingovernável. Pelas projeções, se o orçamento deste ano estivesse sob o regime previsto no substitutivo, pagando apenas o funcionalismo público os recursos acabariam em outubro".

O mesmo parlamentar relata que desde que os trabalhos da Subcomissão de Tributação foram instalados, ele já vinha chamando a atenção do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, para o "saque" que estava sendo promovido no orçamento fiscal da União, sem que o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, instalasse uma comissão do Executivo para acompanhar os trabalhos no Congresso. "Somente no último dia dos trabalhos da Comissão de Tributação, é que apareceu o secretário do Tesouro, Andrea Calabi. Mas aí já não tinha mais jeito, porque o lobby dos prefeitos e vereadores funcionou com toda a força", diz o parlamentar.

## Fortes defende ampla reforma

O deputado Heráclito Fortes, do PMDB do Piauí, e defensor de uma ampla reforma tributária, disse ontem que não há qualquer risco de enfraquecimento do Executivo Federal com a descentralização tributária constante do substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral.

"O que se buscou com a reforma, diz ele, não foi enfraquecer a União, mas fortalecer as demais unidades federativas, promovendo a descentralização de funções e, portanto, conferindo-se-lhes maior autonomia, tanto financeira como administrativa", afirma Heráclito Fortes.

O parlamentar piauiense disse que na reunião ocorrida anteontem à noite, na residência do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, as questões foram colocadas com muita urbanidade, e as dificuldades que estão surgindo giram em torno da análise de como se aplicarão as novas transferências, na prática, pois há o risco de alguns estados mais pobres perderem recursos com o novo sistema.

## Chance perdida

"Eu diria que a essa altura o PFL rompendo ou não rompendo com a Aliança Democrática pouco vai adiantar, porque o partido perdeu o momento histórico de, com nobreza, deixar o poder para ser oposição", disse ontem o ex-governador Roberto Magalhães, ao comentar as pressões das bases pefelistas de todo o País em favor da ruptura da Aliança.

Para ele, se o PFL romper com o presidente Sarney, agora, "vai ser acusado de oportunista e de estar se afastando do poder para tentar ganhar votos em 88".

## Jarbas protesta

O presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais, Jarbas Vasconcelos, anunciou que virá hoje a Brasília para fazer um protesto formal contra a política econômica do Governo Federal que, segundo ele, a pretexto de reduzir o déficit público, está impondo cortes nos investimentos públicos e ameaçando paralisar as únicas obras em andamento no País. "Esse pacote é mais um erro de um Governo sem autoridade, que cobra economia dos outros e não faz coisas mínimas como sustar obras faraônicas como essa tal Ferrovia Norte-Sul" — disse.

Jarbas tem audiência marcada com o ministro em exercício da Fazenda, Mailson Nobrega, e com o secretário do Tesouro, Andrea Calabi (porque o ministro Bresser Pereira está viajando).